

## Estado de Minas Gerais Câmara Municipal de Araporã



REOUERIMENTO Nº 049/2025

SENHOR PRESIDENTE NOBRES PARES

**PAULO HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUZA**, vereador desta Casa, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, vem respeitosamente SOLICITAR ao Senhor Prefeito do município de Araporã, que através do setor competente, atenda o seguinte **REQUERIMENTO**:

SOLICITA INFORMAÇÕES SOBRE O PAGAMENTO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) E AOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE), E ADEQUAÇÃO DO CÁLCULO CONFORME DECISÕES DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.

## JUSTIFICATIVA:

Considerando as recentes decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e demais tribunais, que firmaram entendimento no sentido de que o adicional de insalubridade dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) deve ser calculado sobre o salário base da categoria, e não sobre o salário mínimo, em conformidade com a Lei Federal nº 11.350/2006, alterada pela Lei nº 13.342/2016;

Considerando que o piso salarial nacional desses profissionais é de dois salários mínimos, o que não se confunde com a base de cálculo do adicional de insalubridade, mas garante aos servidores o direito a um valor proporcional e mais justo, compatível com o risco e a natureza das atividades desempenhadas;

Considerando que os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias exercem funções essenciais à saúde pública, estando constantemente expostos a agentes biológicos e condições adversas, o que torna o pagamento correto da insalubridade não apenas um direito, mas uma questão de reconhecimento e valorização profissional;

## Requer:

Que o Poder Executivo Municipal informe se o adicional de insalubridade desses profissionais está sendo calculado com base no salário mínimo ou no salário base da categoria;

Que, caso o pagamento ainda esteja sendo efetuado com base no salário mínimo, sejam adotadas **medidas imediatas** para corrigir a forma de cálculo, aplicando-se o percentual sobre o salário base conforme determina a legislação e a jurisprudência vigente, bem como a regularização dos valores retroativos devidos, se houver diferença a ser paga.

Que, se necessário, seja elaborado e encaminhado a esta Casa de Leis **projeto de lei alterando o Estatuto do Servidor e demais legislações municipais pertinentes**, de modo a garantir a plena adequação jurídica e o respeito aos direitos dos servidores.

Na certeza do atendimento à nossa população e da atenção especial de Vossa Excelência, antecipamos os agradecimentos.

Nestes Termos Pede Deferimento

PAULO HENRIQUE TEIXEIRA DE SOUZA

Vereador Autor

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Araporã, em 10 de outubro de 2025.